

Programa de inclusão social de famílias: uma aposta

Ilda Lopes Rodrigues da Silva ⁽¹⁾

Resumo

O texto descreve o Programa de Inclusão Social de Famílias desenvolvido pelo Banco da Providência, no município do Rio de Janeiro, segundo uma perspectiva ricoueriana e arendtiana. Em seguida apresenta considerações em torno do Serviço Social com famílias, destacando alguns de seus desafios, sob a ótica da contemporaneidade.

Palavras-chave

(1) Inclusão social; (2) Família; (3) Serviço Social.

Abstract

The text describes the Families Social Inclusion Program developed by the Providence Bank (Banco da Providência), in Rio de Janeiro, under Ricoeur and Arendt's perspectives. It also presents considerations about Social Work with families, pointing out some of its challenges under the view of contemporary world.

Key-words

(1) Social inclusion; (2) Family; (3) Social Work.

(1) Livre Docente em Serviço Social pela Universidade Gama Filho, com Mestrado em Serviço Social pela PUC-Rio. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Apresentação

O Banco da Providência² comemora em 2008 seu 49º aniversário de instalação por Dom Helder Camara³, merecendo, por isso, a organização de um evento que relembre essa data e não deixe de prestar uma homenagem a seu eminente fundador.

Recebi como gesto de amizade a chamada para participar do Seminário Nova Estratégia na Promoção e Inclusão Social⁴ para juntar-me àqueles que durante um dia iriam colaborar com suas reflexões sobre as ações desenvolvidas, nos dias atuais, no Banco da Providência.

A carta que oficializou o convite menciona que o meu nome fora sugerido pelos profissionais (assistentes sociais), estagiários e outros funcionários da instituição – o que remeteu, para alguns, à recordação dos encontros que fizemos anos atrás, como modesta cooperação de assessoria de Serviço Social aos diferentes programas até ali implementados. Presumo que tal evocação também se deva à participação mais recente de alunos e estagiários nas disciplinas de Serviço Social que leciono na PUC-Rio.

Com essa motivação e para não fugir ao propósito do mencionado Seminário, pus-me a ler o material documental recebido do Programa de Inclusão Social de Famílias, que é desenvolvido no Banco, com o olhar de Serviço Social, buscando compreender seu sentido.

O Serviço Social – reconhecido como disciplina e uma profissão de ‘práxis concreta’ manifesta em diálogos e de ‘práxis de reconhecimento’ a partir da reflexão de suas possibilidades cognitivas e de tarefas sociais (Almeida, 1990)⁵ – permite pensar o

² Organização da Igreja Católica, fundada em 10/10/1959, mantida pela Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. É sustentada por eventos realizados anualmente, de repercussão na cidade do Rio de Janeiro, tais como a Feira Providência e o Arraial da Providência.

³ Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Arcebispo Emérito de Recife e Olinda. Nasceu em Fortaleza em 07/02/1909 e faleceu em Recife em 28/08/1999. Reconhecido nacional e internacionalmente como grande defensor dos Direitos Humanos.

⁴ Seminário realizado em 10/10/2008, na PUC-Rio.

⁵ Anna Augusta de Almeida desenvolveu uma proposta de metodologia genérica de Serviço Social (1978), denominada Metodologia Dialógica (1990).

Programa numa historicidade responsável. No cotidiano é marcado por expressões multi/interdisciplinares que articulam políticas e estratégias que venham a atender direta ou indiretamente o foco de seu trabalho – no caso em questão, à família.

Antes de empreender a descrição do Programa de Inclusão Social de Famílias, indico qual vai ser o caminho que percorrerei: ele será essencialmente analítico, quero dizer que procederei por cortes, buscando uma unidade pela discussão de seus fundamentos, apoiada no pensamento filosófico compreensivo. Logo em seguida, desenvolvo considerações em torno do Serviço Social junto às famílias, caracterizando alguns de seus desafios sob a ótica da contemporaneidade.

Programa de Inclusão Social de Famílias

Os textos⁶ disponibilizados pelo Programa vão ser tomados como uma obra que reflete um discurso a respeito de algo que se oferece para o ato de leitura. A busca é de apropriação do mundo que desvenda, descobre, revela, isto é, o que está diante dele (Ricoeur, 1977).

O Programa de Inclusão Social de Famílias, implantado há quatro anos, visa a contribuir para redução do número de famílias que vivem com renda familiar per capita abaixo da linha de pobreza, emprega o indicador proposto pela ONU para referir-se às famílias que sobrevivem com até um dólar americano per capita/dia (BS, 2007) e não têm acesso às políticas públicas.

Ele é desenvolvido por um conjunto de ações compreendendo três áreas de atuação: 1) inclusão social através de Agências de Famílias, Agência de Emaús; 2) capacitação e geração de renda através da Agência de Capacitação, Agência de Empreendimentos Populares e Agência de Empregos; e 3) emergência social através da Agência de Emergência Social.

O Programa expressa uma política institucional que quer provocar um novo caminho de ação social efetiva, fundamentalmente comprometido com as dimensões do desenvolvimento humano, ético e de vivência dos Direitos Humanos (BS, 2007).

⁶ Balanço Social 2006 e Balanço Social 2007, no artigo serão apresentados como BS, 2006. BS, 2007. Jornal do Banco da Providência - Providência, nº 28, ano 5, Jan. Fev., 2008; nº 29, ano 5, Mar. Abr., 2008; nº 31, ano 5, Jul. Ago., 2008, no artigo serão apresentados como P28, P29, P31. Folheto Banco da Providência, no artigo será apresentado como BP.

O Social em Questão

Tem como parâmetros a inclusão em direitos previstos na Constituição Federal de 1988, a que se agrega o IDH⁷.

Foi implementado em 20 Agências de Famílias⁸, no município do Rio de Janeiro, abrangendo a área de 84 comunidades que atuam a partir da capilaridade da Igreja Católica (BS,2007).

O foco família, adotado pelas Agências de Família, articula três aspectos: o protagonismo dos membros da família; a forte ênfase na formação das pessoas; e a possibilidade de geração de renda.

Diante disto, cabe a pergunta: por meio de que estratégias, livremente consentidas, a ação do Programa consegue escapar das formas convencionais, do atendimento individualizado, atomizador da família, em que conta apenas em resolver meu problema?

Nesse ponto vale considerar, para o propósito da leitura até agora empreendida, a compreensão de ação como "... a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria [que] corresponde à condição humana da pluralidade" (Arendt, 2001, p. 15).

A pluralidade de homens e mulheres – que são singulares – com capacidade de começar algo novo, tendo a liberdade como fundamento, pode constituir um mundo público revelador de um agir em conjunto. Indo mais longe, entende-se que a pluralidade é "... especificamente a condição de toda a vida política" (Arendt, 2001, p. 15).

O agir em conjunto estabelece a possibilidade dos sujeitos constituírem teias de relações humanas, criando um mundo comum para tratar dos assun-

⁷ Índice de Desenvolvimento Humano. Índice adotado pela ONU, com base em três indicadores: educação, expectativa de vida e poder de compra.

⁸ Agência de Família da Usina (Basílica de São Camilo de Lellis); Agência de Família Catumbi (Paróquia de Nossa Senhora da Salete); Agência de Família Jardim América (Paróquia Santa Rosa de Lima); Agência de Família Vigário Geral (Paróquia Bom Pastor); Agência de Família Parque Proletário (Capela Nossa Senhora Aparecida); Agência de Família de Parada de Lucas (Paróquia Nossa Senhora da Conceição e São Justino); Agência de Família Costa Barros (Paróquia São Luiz Rei de França); Agência de Família Honório Gurgel (Paróquia Santa Luzia); Agência de Família Pavuna (Paróquia Santo Antônio); Agência de Família Bangu (Paróquia Cristo Ressuscitado); Agência de Família Vila Kennedy (Paróquia Cristo Operário e Santa Cura D'Ars); Agência de Família Senador Camará (Paróquia Santa Inês); Agência de Família Guaratiba (Paróquia Santa Clara); Agência de Família Pedregoso (Paróquia São Brás); Agência de Família Santa Cruz (Paróquia Santa Glória); Agência de Família Vila do João (Paróquia São José Operário); Agência de Família Campinho (Paróquia Nossa Senhora da Conceição); Agência de Família Acari (Paróquia Santos Mártires Ugandenses). No ano de 2008, contabilizam-se 18 Agências de Famílias.

tos de interesse da cidadania.

Sem querer fazer analogias sucessivas de um paralelismo rígido, chama a atenção a intenção do Programa de Inclusão que se propõe a desenvolver um "... processo de formação, reconhecimento da dignidade humana, das potencialidades para alcançarem desenvolvimento humano e de renda sustentável" (BS, 2006). É de notar, dentre seus eixos de ação, as diretrizes para o desenvolvimento humano, para a capacitação para o trabalho e geração de renda, e para o aumento da renda da família visando a situá-la acima do patamar de extrema pobreza.

Seguindo o processo de reflexão adotado até aqui, a resposta à indagação feita leva a pensar que o fundamento das ações do Programa pode encontrar respaldo na intencionalidade de uma formação de pessoa cidadã – capaz de iniciar algo novo; de uma família cidadã – composta de pessoas que agem em conjunto; de uma política familiar – que critica e cria um lugar na política social.

Assim, o Serviço Social participa desse esforço através dos encontros entre os profissionais/assistentes sociais e os familiares/participantes do Programa, procurando compreender os problemas do conjunto das situações existenciais vividas pelos membros da família, descobrir novos sentidos e processando a capacitação social para promoção, defesa e garantia de direitos.

As dificuldades a enfrentar são muitas, pois os seres humanos são condicionados historicamente e a ruptura das amarras da desproteção, da injustiça e da discriminação exige a aposta na pessoa como fonte de transformações sociais.

Mas quem são as pessoas, as famílias, que participam do Programa?

Famílias partícipes

As famílias participantes do Programa são consideradas como um conjunto de relações sociais e emocionais, de parentesco e de afinidade, e são abordadas a partir de suas potencialidades e das condições não-materiais e materiais de vida.

A renda e o consumo dessas famílias, situadas abaixo da linha de pobreza, tornam evidente o fato de serem despojadas de seu lugar no mundo, mostrando-se vulneráveis socialmente. Essas famílias precisam de políticas sociais para dar proteção aos seus membros.

Para traçar o perfil dessas famílias do Programa, primeiro vou às estatísticas

oferecidas: em 2006 foram atendidas 1891 famílias, dessas,

... 68% são chefiadas por mulheres; em média, compostas por cinco membros; 53% dos membros são adolescentes menores de 18 anos, dentre eles tem até 14 anos; 68% das pessoas com nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto, contando-se 2% de analfabetos (BS, 2006).

Esse mesmo delineamento repete-se com poucas diferenças, para os anos de 2007 e 2008.

Observo, pois, que as famílias do Programa na sua maioria são compostas por mulheres com filhos menores. De modo geral a escolaridade é baixa.

A família é tratada como unidade de análise e trabalho, e é referida ao ciclo familiar vital, sendo a renda familiar per capita tomada como instrumento de medida. Assim é registrado:

... as famílias entram [no Programa], em média, com a renda per capita no valor de R\$43,00; ao saírem, 52% dos que foram incluídos aumentaram a renda per capita para R\$ 145,00; este aumento significa que a renda familiar atingiu R\$ 725,00 (BS, 2006).

Em segundo lugar, vou caracterizar quem são as pessoas que compõem essas famílias, pelo que falam:

Meu nome é JC, tenho 22 anos (...) escolhi fazer o curso de camareira (...) O mais bacana foi o estágio no hotel (...) Como estava capacitada, consegui meu trabalho (BS, 2006).

Eu sou o PR. Tenho 33 anos. Estava desempregado; a dificuldade é o ensino fundamental incompleto. Fui encaminhado pela Agência de Família para o curso de preparação para o mercado de trabalho. Aí, surgiu a oportunidade: participar de entrevista de seleção para um supermercado. Fui selecionado (BS, 2006).

Meu nome é LL. Tenho 44 anos e o ensino fundamental incompleto. Não estou mais na rua à toa, desempregado. Minha mulher é da Agência de Família. Ela me botou para fazer o curso de formação para o trabalho. Depois do curso consegui emprego. Estou estudando (BS, 2006).

Meu nome é K. Tenho 38 anos e sou chefe da minha família, embora more com meu companheiro. Tenho um filho de 11 anos. Tenho ensino médio

incompleto. Quando comecei na Agência de Empreendimentos, em agosto de 2006, minha renda familiar era de R\$ 200,00 ao final do ano, minha renda aumentou para R\$ 785,00 (BS, 2006).

Sou a CT, tenho 30 anos e uma filha de seis anos (...) Devido a gravidez, perdi meu emprego e tive que entregar o quarto onde morava. Cheguei desorientada na Emergência. Pensei que só ia conseguir o leite para meu filho. Fui orientada que existem abrigos para famílias e fui encaminhada para lá. Permaneci no abrigo, mas continuei sendo apoiada pelo Banco da Providência, desta vez com material para construção... Fui encaminhada para a Perícia do INSS, e consegui Auxílio Doença. Consegui arrumar uma casinha (...) Comecei novamente, a fazer faxinas, para aumentar minha renda (BS, 2006).

Os testemunhos elencados se referem à formação para o mundo do trabalho, e as mudanças por eles vivenciadas.

Eles mostram, pela ação e discurso, quem são, revelando suas identidades singulares e a capacidade de tomar iniciativas e de imprimir movimento em favor de um curso comum de ação.

A estratégia adotada pelo Programa é aquela que:

... faz crescer auto-estima (...) aumenta as competências, promove capacitações, acesso ao conhecimento, aumenta a renda e, sobretudo contribui para tornar as pessoas sujeitos desse processo de desenvolvimento (P29, 2008).

E tem clareza que "... desenvolvimento humano pressupõe melhorias em saúde, educação, trabalho e moradia. Ou seja, um feixe de políticas públicas adequadas" (P29, 2008).

As situações apontadas ilustram desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, que exigem uma abordagem multidimensional, necessitando estabelecer laços de cooperação entre diferentes programas e serviços. Trata-se de uma questão de cidadania, envolvendo os direitos humanos.

Neste cenário tão complexo, de grandes desafios, qual é a aposta feita?

Extraordinária aposta

Chama a atenção, no Programa, a fundamentação racional do trabalho com 'metas sociais e financeiras' que pretende tornar as pessoas sujeitos do processo de

desenvolvimento. Destaca-se a proposta de aprendizagem de criação e implementação de um 'Plano de Atitudes', para mudar as condições de vida, previsto na chamada "Cartilha de Preparação para o Mundo do Trabalho". Enfim, é feito um convite à pessoa (membro da família) para ela tomar novas atitudes.

Fazendo face a essa proposta – cuja ênfase é dada à idéia de pessoa, pela sua fecundidade política e social na defesa dos Direitos Humanos (ou melhor dizendo à 'atitude-pessoa') – trago à reflexão uma passagem do plano da práxis ao plano do *ethos*⁹ da pessoa, capaz de emprestar-lhe um fio condutor na correlação entre ação e reflexão.

Neste sentido é importante compreender a expressão pessoa *ricoeuriana* pela sua concepção de 'atitude-pessoa'. Ampliando esta descrição é necessário prosseguir na compreensão mais radical do *ethos* pessoal pelos movimentos da pessoa na: "intenção de vida boa – com e para os outros – em instituições justas". Portanto com os três componentes da constituição ética da pessoa: *estima de si, solicitude, sentido de justiça* (Ricoeur, 1996, p. 162, p. 170).

A 'atitude-pessoa' é tomada então "... como certo comportamento com relação ao seu tempo" (Ricoeur, 1996, p. 160).

O novo nasce de "atitudes" decididas a partir da percepção da pessoa se dar conta de viver numa situação de crise, que é identificada por ela como intolerável. Isso provoca seu engajamento com fidelidade a uma direção escolhida.

Vou primeiro sublinhar a *estima de si*, momento reflexivo da capacidade do agir intencional provocador de mudanças no mundo. "... o si ao qual se dirige a estima – na expressão *estima de si* – é o termo reflexo de todas as pessoas gramaticais" (Ricoeur, 1996, p.165).

No segundo momento, o *viver bem com e para os outros*, que é expresso pela *solicitude*, é revelado pela reciprocidade "na qual um estima o outro tanto quanto a si". Há uma relação com o tu.

⁹ Etimologicamente, ética vem do grego *ethos* (costumes); e moral vem do latim *mores* (costumes). Ricoeur (1995) discerne uma nuance na idéia de costumes (*ethos, mores*). "É por convenção que reservei o termo 'ética' para a intenção de uma vida realizada sob o signo das ações estimadas boas, e o termo 'moral' para o lado obrigatório, marcado por normas, obrigações, interdições caracterizadas ao mesmo tempo por uma exigência de universalidade e por um efeito de constrição" (1995, p.161).

A aspiração em viver em instituições envolve o sentido de justiça – na direção do outro, agora sem face – o cada um. As relações não são interpessoais, mas de partilha de justiça.

Buscando agora a passagem da intenção ética à práxis, não se pode afastar a noção da ação, na vida ativa, do agir, do começar algo novo direcionado para a construção de um mundo público, compartilhado na pluralidade.

Fechando o círculo de referência, volto a ler no Programa de Inclusão Social, que ele

... promove um conjunto de ações (...) Um processo que tenha a ver com o fortalecimento das habilidades e o desenvolvimento das competências das famílias (...) Contribui, assim, para as famílias modificarem o cenário dos que vivem na linha de extrema pobreza (P31, 2008. p. 1).

Leio ainda que:

Um grupo de líderes comunitárias e multiplicadoras que participam das agências do Banco da Providência, enxergou no concurso para Auxiliar de Creche, promovido pela Prefeitura, uma oportunidade para exercitar a força da organização coletiva. Com o programa das provas em mãos, foram até a Agência de Capacitação solicitar um curso preparatório. O curso foi realizado em parceria... (P28, 2008, p. 2).

Prossegue o texto:

... MS. e K. (Jardim América), VL. e O. (Catumbi), E. (Parada Lucas), C. (Vila do João), N. (Relengo), J., S., V. e S. (Costa Barros), M. e A. (Campinho) foram aprovadas e aguardam o dia de assumirem o encargo público no município (P28, 2008, p. 2).

As pessoas participantes do Programa também falam:

Hoje eu [A., 36 anos, mãe de 3 adolescentes, chefe da família], T. (Catumbi), C. (Vila João), A. (Realengo) e a N. (Vigário Geral) estamos concorrendo à eleição para Conselheiros Tutelares. A minha vida começou a mudar quando me matriculei na Agência de Família de Bangu. Fui encaminhada para a Agência de Capacitação. Logo comecei a gerar renda, com artesanato (...) fiz o Curso de Capacitação para líder comunitária. E fiz o curso de

Conselheira Tutelar, dado pelo Banco e (...) Foi aí que comecei a ter outra visão sobre as pessoas" (P28, 2008, p. 3).

Percebo que o Programa faz uma extraordinária aposta na pessoa, na sua capacidade -de agir em conjunto com suas famílias e com os outros - fazendo convergir o que há de melhor em todas as diferenças que se apresentam - na conquista dos direitos.

Não há dúvida, como se pode notar, que tomei deliberadamente um ponto de vista analítico para exposição do Programa de Inclusão Social de Famílias, procurando chegar a sínteses prematuras, consideradas mais como hipóteses de reflexão, mas que não devem impedir uma leitura diversa da experiência do Banco.

O Programa merece atenção de estudiosos que se voltem para a pesquisa das estratégias e procedimentos que aplica no seu trabalho, para a caracterização do perfil do segmento da população que enfoca especialmente, e para o seguimento de seus resultados.

Após estas reflexões, daqui em diante, passo a mostrar alguns desafios a serem considerados pelo(a) profissional assistente social no campo delimitado da proteção social da família.

Desafios do Serviço Social

O Serviço Social, desde suas origens como 'disciplina social' (Silva, 2004), vem ocupando-se da família em suas múltiplas manifestações, ora exercitando a crítica das condições sócio-culturais que a mantém submetida ao assistencialismo, ora alimentando com novos subsídios às políticas sociais para sua proteção, ora desenvolvendo procedimentos e estratégias de abordagem direta na visada do desenvolvimento humano. E o Serviço Social, em resumo, reúne todos esses elementos num pensar crítico, tentando situar-se face às demandas sociais emergentes e à efervescência sócio-econômico-político-cultural-ambiental vivida, buscando a explicitação de seu empenho teórico e prático a favor dos Direitos Humanos.

Direitos Humanos afirmados na sua 'indivisibilidade'

... para realçar a idéia da interligação dos diversos domínios em que esses direitos se situam. Não se trata de um conjunto de direitos dispersos ou avulsos, mas um conjunto coerente e coeso que deve ser compreendido

como um todo indivisível (Costa, 2006, p. 47).

A família sofre todos os impactos de um mundo que vive profundas e rápidas transformações. A mundialização financeira, do mercado, da estratégia militar, da tecnociência, da biotecnologia, da comunicação, da robótica, com todas as suas conseqüências humanas, em que os ganhos não são socializados e mostram um quadro agravante, uma lógica perversa em que muitos ficam em situação de privação e carências.

A pobreza, com rupturas ao nível de relações sociais, o processo de concentração de renda, as desigualdades sociais acumuladas, e as discriminações precisam ser qualificadas levando-se em conta o contexto global e a realidade social local, regional e nacional, sem descuidar de captar os processos que as criam.

De outro lado, as famílias vêm se organizando segundo um número variável de possibilidades de composição: a família nuclear (pai, mãe, filhos); a família monoparental (composta por pessoas sem cônjuge, com um ou vários filhos – aumentando nas últimas décadas, especialmente aquela chefiada pela mulher); família que encontra seu esteio nos avós para a sua subsistência e cuidados com os netos; enfim, ainda outros arranjos vêm acontecendo para dar suporte ao viver em família.

É claro que as relações no contexto das famílias não podem ser tomadas só do ponto de vista sócio-econômico, mas relacionadas aos modos de cada membro se perceber a si mesmo e de ser com o outro – o que vem dar especificidade singular a cada família num mundo em transformação.

Na concretude da vida cotidiana, a realização familiar pode acompanhar a idealização do que seja família para aquele grupo, aquela sociedade; ou pode encontrar muitas dificuldades nesse sentido e, no seu dia-a-dia, viver experiências difíceis, excludentes.

As trajetórias de vulnerabilidade, fragilização e a ruptura de vínculos por ventura instalados, não dispensam para a sua superação políticas públicas em estreita cooperação com instituições, programas e serviços, através de abordagens multi/interdisciplinares e inter-setoriais, que emprestem uma capacitação política aos seus envolvidos, de forma que se tornem protagonistas do processo de cidadania e dos outros direitos essenciais ao desenvolvimento humano.

Entretanto, apesar de se observar o avanço de políticas sociais nas duas últimas décadas, pós-Constituição Federal Brasileira de 1988, com a aprovação de leis e a implementação de planos, programas e serviços nas áreas da infância e adolescência (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069 13 de julho de 1990); do idoso (Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003); da assistência (com centralidade na família, Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), entre outras, não se conquistou o pleno acesso aos direitos sociais preconizados.

Permanecem para os profissionais alguns desafios, tais como: o de ultrapassar, com um novo olhar, ações e alianças a tendência de culpabilizar as famílias pelas situações em que se encontram sem considerar o comportamento societário implicado em suas dificuldades, conflitos e anseios (Yazbek, Martinelli, Raichelis, 2008); o de provocar com estratégias de participação do maior número possível de pessoas (membros de famílias) na discussão e decisão da passagem de um processo gradativo de transição entre um plano doméstico de satisfação de necessidades para o plano coletivo de satisfação das necessidades comuns (Takashima, 1994), iniciando-se com liberdade o exercício da escolha coletiva. "O homem pretende ser, coletivamente, sujeito ativo do seu destino... um projeto para um conjunto dos homens e para a pessoa singular" (Ricoeur, 1995, p. 154, p. 160).

Cabe aqui ressaltar que a ação e discurso se dão no espaço **entre** os homens (Arendt, 2001) que constitui a política, por diálogos que respeitam a pluralidade e constroem garantias no espaço público – aquele que é compartilhado – de direitos igualitários.

No plano de uma 'política familiar' o *locus* das relações democráticas se dá entre os profissionais dos programas e os membros de cada família entre si e entre outras famílias em conjunto para exercerem intervenção política positiva para sustentar seus direitos e deveres.

Neste sentido, outro desafio para abordagem à família é a imperiosa questão de fomento à capacitação e competências apropriadas para tal fim, de modo a conjugar uma leitura crítica da realidade familiar abrangente com as políticas de atendimento inovadoras, articulando o esforço público e o particular, solidariamente, através de metodologias dialógicas que provoquem nas famílias um aprendizado

político e pedagógico.

Talvez, o grande desafio seja romper com os paradigmas que geram entraves na qualidade de vida no presente, e das gerações futuras, e abrir-se a novos horizontes éticos, estéticos, políticos que ampliem a compreensão do ser humano na conquista dos Direitos Humanos, nas suas expressões civis, sociais, políticas, culturais, ecológicas, que promovam justiça nas estruturas da sociedade, e que busquem o significado originário da dignidade humana.

As demandas aos profissionais são muitas e, por vezes, extrapolam o âmbito restrito do Serviço Social, mas cabe aos mesmos o discernimento de participação nas suas ações específicas, nas de natureza multi/interdisciplinares, e naquelas da busca coletiva da efetivação da 'aspiração a uma vida boa – com e para os outros – em instituições justas'.

Considerações finais

Além dos comentários já apresentados, considerações adicionais podem ser feitas.

O Programa de Inclusão Social de Famílias do Banco da Providência, que busca a superação das dificuldades sem criar dependências, destaca-se por sua atualidade e pertinência aos tempos atuais. Embora haja pessoas, programas, projetos, serviços, leis e governos ocupando-se com as desigualdades sociais e empenhados, em apoiar as famílias brasileiras, em busca de sua cidadania, a realidade mostra ainda a grande distância que se vive para o alcance de tais propósitos.

Por conseguinte, essa experiência de fortalecimento à família, pelo desenvolvimento de uma práxis de participação social dá acesso a conhecimento, cria novas relações sociais e procura articulações institucionais. É fundamental para se construir uma nova história de conquista do "direito a ter direito" (Arendt, 2001).

A tarefa é complexa, árdua, mas a chama que a anima continua acesa, pois "Todo homem. Cada homem é responsável pelo destino da humanidade, por suas ações ou por suas omissões" (Helder Camara)¹⁰.

¹⁰O "Deserto é Fértil", página 54, de autoria de Helder Camara, citação incluída no documento P31, p. 4.

O Serviço Social pode colaborar com iniciativas dessa natureza a partir da reflexão sobre sua própria atividade -o que implica possibilidades de conhecimento e um agir de transformação, na abordagem de temas existenciais de participação, de justiça, de esperança nas dimensões social, histórica e política (Almeida, 1990).

Dentro desta perspectiva de reflexão e ação, de ser e pensar, a relação dialógica, como ação típica do(a) profissional, é oportuna por provocar na pessoa, um protagonismo cidadão.

Recebido em junho de 2008, aceito para publicação em dezembro de 2008.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Anna Augusta de. "A metodologia dialógica: o Serviço Social num caminhar fenomenológico", In **Seminário sobre Pesquisa Fenomenológica nas Ciências Humanas e Sociais**. Rio de Janeiro: ANPESS e CBCISS, nº 1, ano 1, 1990.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

COSTA, Alfredo Bruto da. "Exclusão social - exclusões sociais", In: **Debates Sociais**, Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.

RICOUER, Paul. **Leituras 1**. Em torno ao Político. São Paulo: Editora Loyola, 1995.

_____. **Leituras 2**. A região dos filósofos. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. Mary Richmond. **Um olhar sobre os fundamentos do Serviço Social**. Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.

TAKASHIMA, Geney M.K. "O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis - uma questão de postura", In: KALOUSTIAN, S.M. (org.). **A família brasileira - a base de tudo**. São Paulo: Cortez e Brasília; DF: UNICEF, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia & RAICHELIS, Raquel. "O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa dos direitos", In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, nº 95, ano XXIX, especial, 2008.